



## **Mobilização conjunta da sociedade civil pela defesa dos recursos e contra a privatização da terra**

Num momento em que o debate sobre os recursos e a terra se agudiza em Moçambique, mais de 30 organizações da sociedade civil apostam no reforço de ações conjuntas e no ampliar da sua articulação em defesa dos recursos naturais e contra a privatização da terra.

Movimentos de camponeses e camponesas, homens e mulheres, feministas, estudantes universitários, ativistas de direitos humanos, ambientalistas, associações de trabalhadores e trabalhadoras, pescadores e comunidades afectadas pelos impactos dos grandes investimentos, consideram central a questão da terra e dos recursos naturais, e sua defesa. Estas organizações irão lançar uma campanha nacional contra a privatização da terra, usurpação e saque de todos os recursos naturais em Moçambique.

A campanha vem responder a uma demanda popular de contestação pela forma como o país está sendo conduzido, da comunidade ao governo nacional.

Esta campanha irá traduzir-se em diversas atividades, incluindo marchas, seminários de educação popular sobre o direito à terra; caravanas de educação cívica das populações rurais e urbanas sobre governação; cartas de denúncia; técnicas de resistência à invasão dos territórios, entre outras.

Esta decisão surge como resultado de três dias de discussão e reflexão profunda, no âmbito da oficina da Universidade Popular dos Movimentos Sociais (UPMS), que teve lugar em Mumemo, Marracuene. A UPMS é um espaço aberto de reflexão e produção de conhecimento e para a aprendizagem mútua e colectiva.

Na conclusão da UPMS verificou-se que o assunto da terra preocupa todos os sectores da sociedade, exigindo o reforço de ações conjuntas para defender a lei de terras e rejeitar toda e qualquer tentativa de privatização deste recurso.

Sectores como o da extração mineira em Tete, de exploração florestal no norte do país, os programas do agronegócio como o Wambao, o controverso Prosavana - um programa milionário a ser implementado no norte de Moçambique, foram identificados pela sociedade civil moçambicana como sendo um “assunto de agenda comum”, reveladoras de situações de neocolonialismo que devem ser combatidas. Por exemplo, só o Prosavana vai usurpar terras, expulsar camponeses e contaminar os solos de cerca de 14 milhões de hectares de terra, ao longo do chamado corredor de Nacala.

Os / as participantes da oficina da UPMS de Mumemo, consideram que a forma como o governo de Moçambique gere a terra e os recursos naturais esta em contradição com os propósitos pelo qual se conquistou a independência nacional, de libertar a terra e o povo, homens e mulheres. Consideram ainda como desumana a forma como o Governo trata os seus cidadãos e alertam os moçambicanos para que se mobilizem contra as injustiças.

Moçambique é rico em recursos naturais, mas isto pode significar uma maldição para o povo, como vários exemplos testemunham. Países como a Nigéria, Angola e Guiné Equatorial ou o México, embora ricos em petróleo e outros recursos, não conseguem ultrapassar a situação de miséria em que o seu povo vive.

Isto acontece porque os governos que controlam a gestão dos recursos apropriam-se através da corrupção e de empresas ligadas ao poder político, o que faz com que os rendimentos que resultam dos recursos sejam apropriados por um grupo muito pequeno de famílias e empresas ligadas ao poder.

### **Os organizadores da UPMS de Mumemo\***

Fórum Mulher (FM)

Justiça Ambiental (JA)

Centro de Estudos Sociais (CES)

Liga Moçambicana dos Direitos Humanos (LDH)

União Nacional de Camponeses (UNAC)

\*Estas organizações foram mandatadas para representar um conjunto de 30 organizações, incluindo comunidades rurais e de pescadores, envolvidas nas discussões